

Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca

*Marcelo Badaró Mattos**

Resumo:

Continuação do artigo publicado no número anterior, o autor analisa o sindicalismo carioca da segunda metade dos anos 50 e início dos 60 apoiando-se em uma pesquisa sobre a estrutura sindical e as greves de três importantes categorias de trabalhadores: ferroviários, metalúrgicos e bancários. O objetivo é revelar aspectos da dinâmica do sindicalismo do período, questionando algumas interpretações correntes caracterizadas pelo uso da noção de "sindicalismo populista".

As greves

Em 31 de março de 1964, reunido no Sindicato dos Estivadores e cercado pela polícia da Guanabara, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) convocou uma greve geral contra o golpe militar que se iniciava.

As narrativas e avaliações sobre esta greve estão envoltas em polêmicas e não poderia ser diferente pois esta paralisação (ou o seu fracasso) foi tomada, tanto pelos que vivenciaram o golpe quanto pelos analistas políticos e cientistas sociais, como índice maior das características e limitações do movimento sindical — e da esquerda em geral — naquela conjuntura.

Alguns relatos sobre o movimento no Rio de Janeiro podem situar melhor o clima daquele momento. Recorro ao depoimento do Sr. Pompeu, militante do PCB e funcionário do Sindicato dos Bancários do Rio em 1964.¹ Segundo ele, com a paralisação dos transportes, no centro da cidade, a greve era total a partir da tarde do dia 31 e ao longo do dia 1º. A sensação não era nova, já que, em pelo menos duas ocasiões anteriores, as convocações de greves gerais pelo CGT foram bem sucedidas na cidade. Manifestações marcadas para a Cinelândia não ocorreram por falta de lideranças, oradores e organizadores. Tropas do Exército reuniram-se aos soldados da PM, dissolvendo, na tarde do dia 1º, a concentração da Av. Rio Branco. Na sede do Sindicato dos Bancários, na avenida Pres. Vargas, cerca de 600 militantes aguardavam o chamado para a resistência, irradiando por

* Professor do Departamento de História da UFF. Doutor em História pela UFF.

1. Entrevista com o Sr. Walter Stern Pompeu, concedida ao autor em 2/5/94.

potentes alto-falantes manifestos contrários ao golpe. Mais tarde, pela Av. Rio Branco vazia, circulariam os tanques golpistas. Curiosamente, os tanques foram recebidos com palmas, pois os que ali ainda estavam acreditavam tratar-se de tropas fiéis a Jango retomando o controle da situação.

A avaliação do Sr. Pompeu sobre a paralisação é dura. Para ele, ao convocar a greve, que se iniciou pelos transportes, o CGT esvaziou o centro da cidade, inviabilizando uma resistência popular massiva.

“Foi uma greve que teria sido uma tênue resistência, embora tivesse sido uma greve vigorosa, ao golpe militar que triunfou numa cidade do Rio de Janeiro totalmente paralisada, com os tanques de guerra na rua. Foi num dia útil, porque era quarta-feira, mas que se tornou ‘inútil’, tanto pela inoportunidade da greve (...) quanto porque tornou-se um dia de cidade deserta, como um domingo. Não tinha ninguém na rua, transportes paralisados e os únicos transportes que se movimentavam ao entardecer eram os tanques de guerra que consumavam o início da ditadura...”.

Por outro lado, e aí residiria o outro fator de inoportunidade da greve segundo o Sr. Pompeu, ficaram isolados na área central os militantes mais mobilizados que tornaram-se, assim, presas fáceis da repressão.

O relato do Sr. Pompeu tem um valor especial pois, por sua posição, era ao mesmo tempo íntimo das discussões da cúpula do sindicalismo carioca e, no momento do golpe, assistiu ao desenrolar dos acontecimentos em meio à população que foi às ruas. Outros, que tiveram uma participação mais direta na deflagração daquela greve teriam com certeza novos dados a fornecer e mais justificativas a formular. É o caso de Demisthóclides Batista (o Batistinha), líder dos ferroviários da Leopoldina e, naquela época, deputado federal.

Batistinha foi o primeiro a convocar a paralisação, a partir de sua categoria, pois se encontrava próximo à gare de Barão de Mauá quando chegaram as primeiras informações vindas do CGT (os trens pararam às 16h do dia 31 de março). Para ele, a avaliação da oportunidade da greve é distinta. Em primeiro lugar, porque os trens pararam antes da volta do trabalho e, portanto, os trabalhadores estariam nas ruas na tarde de 31 de março, quando do início do golpe. Batistinha esclarece que existia um “esquema” montado para resistir a uma possível intervenção militar. Nesse esquema caberia aos trabalhadores organizados a greve. A expectativa era de que a resistência armada partisse do Comando do 1º Exército, de forças da Aeronáutica e do Batalhão de Fuzileiros Navais, todos considerados fiéis a Jango.

“Então não tinha porque o trabalhador que nunca pegou em arma, pegar (...) Não havia trabalho de resistência armada dos trabalhadores. Havia aí ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe”. (Figueiredo, 1994: 45)

Assim, no balanço de Batistinha, “a classe operária fez seu papel, parou o Brasil (...)”. (*Idem, ibidem*: 45)

Hércules Correa, líder tecelão e dirigente do CGT, participou da reunião do Comando que decretou a greve e, escapando da polícia, chegou a tentar, junto a outras lideranças, articular a resistência armada ao golpe mobilizando trabalhadores nos sindicatos e reivindicando armas para o enfrentamento. Esta atitude iria além da expectativa expressa por Batistinha, mas é confirmada pelo próprio (que se refugiou com militantes de sua categoria em Caxias, aguardando as tais armas para a luta), e pelo relato do Sr. Pompeu sobre os bancários reunidos na sede do Sindicato. Segundo Hércules, na noite de 31 de março a avaliação do CGT era de que a greve deveria ser aprofundada, alastrando-se da Guanabara para o resto do país. Avaliava-se também que a opção dos golpistas pela ação armada poderia ser sustada por uma contra-ofensiva militar localizada (ataques ao Palácio Guanabara e Palácio da Liberdade, por exemplo). Tal quadro só seria alterado com vantagem para os golpistas quando, na manhã de 1º de abril, ficou claro que apenas os trabalhadores resistiam e mesmo as tropas opostas ao golpe recusaram o enfrentamento por falta de ordem expressa da presidência. (Correa, 1980: 43-35)

A avaliação de Hércules, como a de Batistinha, é plena de justificativas para a atitude dos dirigentes sindicais no momento do golpe. “Tenho a impressão de que os dirigentes sindicais daquela época — e não é porque eu estava entre eles — caíram de pé. Estou convencido de que nós não nos ajoelhamos. Cumprimos nosso dever”. (*Idem, ibidem*: 47)

É visível que mesmo no relato de três militantes comunistas, com níveis diferenciados de envolvimento nos acontecimentos daquele momento, não há consenso sobre a greve então decretada. Todavia, é consensual que houve greve e, ao menos na Guanabara, foi tão expressiva quanto qualquer outra greve geral convocada pelo CGT. É possível inferir dos depoimentos, também, que até a manhã do dia 1º de abril os sindicalistas acreditavam que seria possível encaminhar uma resistência ao golpe.²

Tal greve foi a última de um período de grandes mobilizações sindicais, protagonizadas, a partir especialmente de 1962, pelas ações das entidades “paralelas” de cúpula do movimento sindical. Paralisações — como a convocada em julho de 1962 contra a posse de Auro Andrade como Primeiro Ministro e pela composição de um gabinete “nacionalista”, ou a de setembro do mesmo ano, pelo plebiscito — que assumiram a dimensão de greves gerais, atingindo trabalhadores das mais diversas categorias em vários Estados da Federação. Embora não haja qualquer homogeneidade nos dados sobre o número de paralisações e de trabalhadores em greve, o fato indiscutível, confirmado por

2. Uma liderança do CGT com grande penetração nos meios militares, o Comte. Paulo Mello Bastos, confirmaria esta expectativa da resistência em entrevista concedida ao autor em 20/3/95. Militares que integravam o chamado “esquema militar” de Jango confirmaram que estavam dispostos a resistir e acreditavam ter condições de fazer recuar o golpe. Conforme os depoimentos de Rui Moreira Lima e Francisco Teixeira de Moraes (1989).

todas as estatísticas, é o do crescimento contínuo das mobilizações grevistas entre o fim da década de 50 e o ano de 1963.³

Algumas dessas greves tiveram grande repercussão, seja pelo poder de mobilização demonstrado pelas organizações sindicais, ou por suas demandas, visivelmente ligadas aos grandes temas do debate político nacional. Tais greves foram alvo de diversos estudos e são em geral tomadas como expressão maior do poderio e das limitações do sindicalismo brasileiro naquela conjuntura.

As avaliações (e mesmo as caracterizações) da greve ocorrida no momento do golpe na literatura especializada são bem mais rígidas do que as dos dirigentes sindicais envolvidos no movimento. Sobre a pequena abrangência ou, para alguns, até a inexistência do movimento grevista, repousaria uma avaliação decepcionada do sindicalismo e da esquerda brasileira no pré-64.

José Álvaro Moisés trata a greve convocada pelo CGT em 31 de março de 1964 como o sinal mais claro da "inconsistência organizatória" do sindicalismo de então. Para o autor, a convocação "(...) simplesmente não recebeu resposta da classe trabalhadora. Naquele momento os líderes da poderosa (sic) CGT deram-se conta da fragilidade das estruturas de organização que dirigiam, assim como da percepção que tinham as próprias massas de sua fraca capacidade de intervir na condição de sujeito coletivo". (Moisés, 1981: 69)

A matriz dessa interpretação parece ser a avaliação de Francisco Weffort sobre o comportamento da esquerda em relação à estrutura sindical. Segundo Weffort, os grupos de esquerda (em especial os comunistas), à frente das principais organizações sindicais nos primeiros anos da década de 60, abandonaram progressivamente a postura crítica em relação ao sindicalismo oficial, acabando por positivá-lo enquanto instrumento de mobilização. Weffort comenta a greve do golpe da seguinte forma: "O teste de força para o sindicalismo populista, que alguns acreditavam ser o 'quarto poder' da República, veio em 31 de março de 1964. A experiência do CGT em greves políticas feitas, quase todas, para apoiar jogadas do governo, de nada lhe valeu quando, de fato, se tornou necessário ir à greve para sustentar o governo ameaçado de uma derrubada iminente. As bases sindicais lhe faltaram e a greve fracassou completamente. O governo caiu e, com ele, o 'quarto poder' vem abaixo praticamente sem luta. Desmoronou como um castelo de cartas". (1978: 4)

O tom amargo da análise é a mais nítida demonstração da decepção com a derrota. A greve é tomada como inexistente não exatamente porque as "bases faltaram", mas porque do movimento sindical se esperava a resistência organizada ao golpe de estado. Se o golpe foi dado sem maiores problemas, falhou a greve, falharam as lideranças, pôs-se a nu a fragilidade de um sindicalismo tido como o índice mais amplo da ascensão política das massas organizadas.

3. Ver por exemplo o levantamento de Rodrigues (1986) ou o trabalho mais recente de Sandoval (1994).

Nem todos os autores, entretanto, desconhecem a paralisação de 31 de março/1º de abril. Lucília Delgado, por exemplo, levanta as manifestações de resistência dos trabalhadores, consubstanciadas na greve, que teria sido geral no Rio de Janeiro e parcial em algumas capitais. (1986: 201-202) No entanto, segue o mesmo raciocínio de Weffort ao associar a vitória do golpe a um fracasso da greve, pois esta é tratada como uma "tentativa de greve". Assim, o insucesso de determinados movimentos grevistas do período é determinado principalmente por uma "falta de sustentação junto às bases". "A comprovação desta conclusão é a deflagração da greve de abril de 1964, que por não contar com uma liderança de grau superior (CGT, CNTI, Contec, Federações) para dirigi-la, fracassa completamente. A ausência de lideranças intermediárias e de uma inserção orgânica nas massas trabalhadoras é fatal ao movimento sindical e operário no país". (*Idem, ibidem*: 205)

Das análises precedentes, deduz-se que o fracasso da greve de 1964 foi derivado, portanto, das insuficiências do chamado sindicalismo populista. De forma resumida poderíamos apresentar as seguintes características, presentes na literatura especializada e atribuídas a tal modelo de sindicalismo: a inconsistência organizatória; a falta de sintonia entre as reivindicações políticas mais gerais priorizadas pelas lideranças e as questões específicas do mundo do trabalho (salário, condições de trabalho, etc.), que teriam maior poder de mobilização entre as massas de trabalhadores; o poder de mobilização restrito aos trabalhadores de empresas controladas pelo Estado; e o privilégio ao Estado, tomado como o interlocutor principal e suas instâncias (Executivo, Legislativo, Justiça do Trabalho e Forças Armadas) como espaços a serem conquistados, secundarizando-se os conflitos diretos entre capital e trabalho.

Esta caracterização não é absolutamente original. Sua influência maior pode ser localizada nos debates internos aos próprios meios sindicais e aos diversos grupos de esquerda ao longo das duas décadas que se seguiram ao golpe.⁴

Partindo desta visão crítica sobre o sindicalismo dito populista, as análises sobre as greves do pré-64 destacaram determinadas características dos movimentos e privilegiaram certas greves, em um exercício de ilustração do funcionamento do modelo construído.

Acreditamos que tal modelo de análise mostrou-se operacional, para boa parte dos estudos que se desenvolveram entre o fim dos anos 60 e os anos 80, em especial por dar conta de uma caracterização abrangente, associando o sindicalismo ao conjunto das questões centrais da conjuntura. No entanto, os modelos nunca podem esgotar a totalidade dos processos que se propõem a identificar. Neste sentido, as análises que tenderam a reduzir o sindicalismo do período 45-64 ao conceito de populismo são insuficientes. Através de uma análise dos movimentos grevistas de

4. Para uma análise da construção da caracterização negativa do sindicalismo do pré-64 pelas lideranças sindicais, em paralelo às discussões acadêmicas, ver Mattos (1996).

algumas categorias do sindicalismo carioca de então (ferroviários, metalúrgicos e bancários), esperamos encontrar pontos pouco explorados nas análises anteriores. Para os preocupados em sustentar modelos, tais pontos podem ser úteis, pelo menos para a atualização e flexibilização dos paradigmas.

Uma das características dos movimentos grevistas, acentuada pelos analistas do tema, é o fato de partirem “de fora para dentro da empresa”. Tal característica seria derivada da natureza “cupulista” do movimento sindical do pré-64. Como os sindicatos e seus dirigentes, de acordo com essa análise, possuíam pequeno enraizamento nas bases, sendo raras ou inexistentes as organizações sindicais nos locais de trabalho, as greves se caracterizariam por serem decididas fora do âmbito das empresas, pelas cúpulas sindicais. Consequentemente, as greves gerais por categoria predominariam sobre as greves por empresa e “a paralisação efetiva do trabalho nas diversas indústrias só se verifica com a presença dos piquetes de greves”. (Rodrigues, 1966: 52) Tais piquetes visariam diretamente a grande massa operária e não exatamente um ou outro “fura-greve”. Assim, “o sindicato oficial, investido de um poder que lhe foi outorgado pelo Estado, decreta a greve. O trabalhador não organiza a greve, adere a ela”. (Boito Jr., 1991: 72)

A partir dos dados dos sindicatos que tivemos oportunidade de estudar, este raciocínio merece ser complexificado. Nem sempre se faziam necessários os piquetes. Os ferroviários, por exemplo, os dispensavam por completo. (Figueiredo, 1994: 33) Já a alegada inexistência de organizações sindicais por empresa não corresponde à realidade. Vimos que entre os metalúrgicos, eram atuantes, em 1961, 140 “conselhos sindicais”, representando cerca da metade da categoria. (Stuart, 1992: 9) Embora a diretoria do sindicato priorizasse a resolução negociada dos conflitos, evitando as greves da categoria, a existência e relativa autonomia dos conselhos propiciou o surgimento de 20 greves por empresas, entre 1953 e 1964, 14 das quais em empresas de porte médio (entre 100 e 999 empregados). Entre os bancários cariocas, a presença das “comissões sindicais”, organizadas por bancos, era ainda mais importante.

Os bancários cariocas participaram, entre 1961 e 1963, de três grandes greves da categoria. Estas greves são até hoje lembradas por terem tido como resultado a conquista de diversas reivindicações históricas, como o salário profissional, a semana inglesa com jornada de 6 horas, anuênios e comissões de função.

Foram greves organizadas nacionalmente, o que significa dizer que seu planejamento, os canais de negociação e a pauta de reivindicações obedeciam a uma lógica que não podia ser reduzida às demandas dos trabalhadores de uma empresa. O órgão de cúpula da estrutura sindical bancária — a Contec — tinha aí o papel de destaque. No entanto, quando examinamos o desenrolar de cada um desses movimentos no Rio de Janeiro, percebemos que greves gerais de uma categoria (mesmo com caráter nacional) não significavam necessariamente movimentos em que as bases apenas aderiam. Toda a organização do movimento grevista contava com a participação das “comissões sindicais”. “(...) essa organização

nossa chegou a um ponto tal que, quando fomos deflagrar uma greve, nós tínhamos conhecimento através de pesquisa — na época chamavam enquete — de quais bancos iriam parar e qual o percentual de paralisação, porque as comissões sindicais traziam a informação para o comando, ou seja, para a direção do sindicato”.⁵

O trabalho das comissões era complementado, quando estourava a greve, pela ação dos piquetes. A base dos piquetes eram os membros das comissões, em geral atuando em portas de bancos diferentes dos seus locais de trabalho, como estratégia para escapar à repressão direta do bancos. Vale lembrar que, além de coagir os resistentes a aderirem à greve, os piquetes tinham também o papel (em geral mais importante) de garantir aos que se sentiam ameaçados a segurança e a justificativa da presença massiva dos ativistas sindicais junto aos locais de trabalho. Em uma categoria vigiada de perto pelas gerências e sempre ameaçada pela rotatividade, como a dos bancários, esta segurança está longe de ser desprezível. De fato, os piquetes eram bem sucedidos, pois os relatos da época dão conta de que nem as gerências conseguiam entrar nos bancos. (*O Bancário*, 20/10/61: 3) Acontece que seu valor estratégico ia além, servindo de ponto de contato entre o comando e os grevistas e de instrumento de esclarecimento da população em geral sobre as motivações da greve. Na greve de outubro de 1961, paradoxalmente, os piquetes contribuíram ainda para amenizar a repressão. A estratégia policial de destacar sempre os mesmos PMs para as portas das agências bancárias, permitiu o contato dos piqueteiros com os guardas responsáveis por cada banco. Com gentilezas, como o oferecimento de refeições, os bancários acabaram aproximando-se daquele grupo a princípio destinado a reprimi-los. (*O Bancário*, 25/10/61: 3)

Seria difícil justificar, nestes casos, a imagem dos piquetes como único instrumento de garantia de adesão à greve. Na condução dos trabalhos durante a greve, reuniam-se a diretoria do sindicato, o comando de greve, os ativistas dos piquetes, as comissões sindicais, comissões salariais e até comissões de esclarecimentos à população. (*O Bancário*, 1/10/63: 1) Na mesma greve de 1961, por exemplo, o número de participantes nas assembleias diárias (e a greve durou 9 dias) oscilou entre 10 e 15 mil bancários (em cerca de 25 mil trabalhadores na categoria). Registraram-se ainda passeatas com 20 mil participantes e atos públicos direcionados ao esclarecimento da população ou à pressão sobre banqueiros e autoridades. A representatividade do movimento pode ser medida ainda pela existência de 1.300 novas adesões ao sindicato, apenas no mês seguinte à greve. (*O Bancário*, 18/4/62: 3) Em 1962, a greve desencadeada em dezembro foi antecedida por discussões e mobilizações ao longo de todo o ano em torno da semana de 5 dias e do salário profissional.⁶

5. Entrevista citada com o Sr. Walter Stern Pompeu.

6. Para acompanhamento das discussões sobre a semana inglesa, ver por exemplo o jornal carioca *Correio da Manhã*, nos dias 14/2; 20/2; 15/3; 30/3; 25/4; 22/7; 17/8; 18/8; 21/8; e 23/8 de 1962.

Nada mais distante das carrancudas imagens de piqueteiros forçando a adesão da massa à greve, ou da visão de uma base desmobilizada aderindo à greve a partir exclusivamente da palavra de ordem da liderança, do que as manifestações de natureza cultural que pareciam transformar a greve em um grande momento festivo.⁷ Como os enterros simbólicos de banqueiros e autoridades, ou as canções e paródias, muito mais populares que as palavras de ordem. Como a que segue: "Você pensa que bancário é trouxa/ Bancário não é trouxa não/ Banqueiro ofereceu-lhe trinta/ Bancário não aceita não/ Ao banqueiro não lhe falta nada/ Arroz, feijão e pão/ Pode-lhe faltar bondade/ Pois ele não tem coração/ Dos trinta que ele ofereceu/ Digo eu acho até graça.../ O negócio é os cinquenta/ Vem por bem ou vem na raça". (*O Bancário*, 24/10/61: 3)

Estas greves foram, entretanto, típicas greves de categorias, numa modalidade que de fato foi dominante entre os bancários naquele período. Não obstante, esta não foi a única modalidade de greve empregada. Justamente por possuírem um forte enraizamento nos locais de trabalho, os dirigentes sindicais bancários puderam experimentar, em 1963, um interessante modelo de greve por empresa, em seqüência. Tratava-se do que foi divulgado na imprensa sindical como "greve bossa nova", e nos meios dirigentes apelidado de "grevilha", em alusão à tática de guerra por guerrilhas. (*O Bancário*, 11 a 16/1 e 7 a 11/2 de 1963)

No contexto financeiro da época, de pequena movimentação nas atividades especulativas e com o cotidiano bancário baseado principalmente nas movimentações de contas correntes, os bancários tiraram das greves de 1961 e 1962 a lição de que os banqueiros já tinham se habituado às greves gerais da categoria, uma vez que com todos os bancos fechados não haveriam depósitos ou saques e os prejuízos eram contornáveis. Além disso, nas negociações pós-greves, os banqueiros conseguiam do governo compensações, como saques na carteira de redescontos e emissões monetárias especialmente destinadas a emprestar a juros baixos para garantir fluxo de caixa aos bancos. (*O Bancário*, 25/9/63: 4) Partiram então para a paralisação, via comissões sindicais, dos trabalhadores de três a cinco bancos por vez, mantendo em segredo a ordem de fechamento das agências, o que provocou grande rebuliço na praça financeira do Rio de Janeiro. Havia a ameaça concreta de quebra das instituições menores, caso os clientes das que permaneciam fechadas resolvessem transferir seus fundos para os bancos abertos. Em menos de uma semana do primeiro movimento desse tipo, as reivindicações da categoria foram plenamente atendidas, considerando-se vitoriosa a nova tática. (*O Bancário*, 16/1/63: 1) Os limites do sindicalismo oficial eram portanto muito mais elásticos. Mas se faziam sentir, pois este tipo de greve foi abandonado pelos dirigentes após a decretação de sua ilegalidade pela Justiça do Trabalho.

7. A idéia da dimensão festiva da greve foi explorada por Perrot (1984). No Brasil, foi utilizada em relação às greves bancárias por Blass (1992).

A grevilha dos bancários suscita também a discussão de uma outra consequência do modelo do sindicalismo oficial destacada pela literatura especializada: a busca, em última instância, da ação do Estado, como mediador imparcial dos conflitos, ou como protetor dos trabalhadores. Todas as greves gerais bancárias tiveram mediação estatal nas negociações, não só através da ação institucional da Justiça do Trabalho, mas também pela participação direta nas negociações dos Ministros do Trabalho e mesmo do Presidente da República. A "grevilha", no entanto, demonstra que este não era o único caminho, pois a greve por empresa forçava a negociação direta com os banqueiros e fora pensada, também, como forma de evitar as compensações que o Estado oferecia aos empresários do setor. Indo além, nesse sentido, os bancários incluíram durante aqueles anos em seus temários de discussão interna e nas pautas de reivindicação, o tema do Contrato Coletivo de Trabalho, que mesmo sendo pensado como algo não totalmente oposto à estrutura sindical vigente, constituía na prática um contraponto à função mediadora do Estado.⁸

A presença do Estado seria o fator explicativo, segundo o modelo de análise dominante, também para a menor margem de risco nas greves promovidas pelos trabalhadores de empresas públicas ou concessionárias. Submetidos, pela estabilidade ou por um vínculo mais direto com os políticos populistas, a uma pressão repressiva menor, os trabalhadores das empresas públicas teriam como estímulo a baixa probabilidade de punição, em oposição à situação mais constrangedora da presença repressiva na iniciativa privada, onde imperava o arbítrio patronal e a demissão como estratégia de controle. Além disso, buscando ocupar espaços no interior dos aparelhos de Estado, os trabalhadores de algumas regiões, como a Guanabara por exemplo, contariam, ainda segundo o mesmo modelo, com o decisivo apoio de lideranças das Forças Armadas para contrapor à repressão das polícias estaduais.⁹

Embora possamos encontrar diversos registros de intervenção protetora de autoridades militares, o fato é que nas greves de metalúrgicos e de bancários analisadas, tanto a repressão policial, quanto as estratégias patronais de desmobilização (em especial a demissão de ativistas) estiveram sempre presentes. É o caso, por exemplo, da greve da Fábrica Nacional de Vagões, uma empresa estatal, ocorrida em 1962, motivada justamente pela decisão da direção da empresa de demitir o delegado sindical encarregado pelas bases de encaminhar reivindicações de natureza salarial e de condições de trabalho. (*Novos Rumos*, 23/2 a 1/3 de 1962)

A categoria que exemplificaria com perfeição o modelo de sindicalismo forte entre os trabalhadores do Estado seria a dos ferroviários. Capitaneados pelo

8. Ver, por exemplo, as deliberações da II Convenção Nacional dos Bancários, que tem no contrato coletivo um ponto de luta destacado. *Revista Bancário*, maio/junho de 1961.

9. Ver Rodrigues (1986: 543-544). Esta idéia está presente também em Erickson (1979: 142).

Sindicato de Leopoldina, cujo dirigente sindical mais conhecido foi Batistinha, os ferroviários cariocas foram sem dúvida campeões das greves naquela fase. Porém, sua trajetória grevista não pode ser tomada como facilitada pela ausência de repressão. Nos depoimentos de Batistinha ressalta-se que já na primeira greve convocada após a chegada de sua chapa à direção do sindicato, em setembro de 1954, houve intervenção no sindicato e os dirigentes foram transferidos pela empresa para cidades distantes dos núcleos de mobilização, depois de passarem vários dias na cadeia. Perguntado sobre o tempo de duração daquela detenção, Batistinha revela a constância da repressão: “fui preso tantas vezes que não me lembro a data certa”. Tendo sido preso em quase todas as greves posteriores, Batistinha revela que chegava a adotar a repressão como estratégia de mobilização. Facilitando a própria prisão, em locais de grande circulação, o presidente tornava pública a repressão, por ser figura conhecida dos meios de comunicação, e comovia a categoria, que engrossava a mobilização no calor da revolta. Assim se deu em 1957, quando da primeira paralisação após o fracasso da greve de 1954: “No dia marcado, cheguei a Barão de Mauá ao meio-dia, exatamente o horário em que saía um trem para Campos. A composição estava formada e a gare completamente tomada pela polícia. Cheguei e disse ao maquinista que estávamos em greve e o trem não poderia sair. O companheiro atendeu prontamente. Fui preso na mesma hora. Eu contava com essa prisão. A concentração ferroviária era em Barão, eu saindo preso sabia que a massa ia reagir mesmo. Paramos na base da emoção. Fui preso mas a classe ficou parada. Era greve de doze horas, não tinha problema maior. Me lembro que quando atravessava, preso, a gare, ia dizendo para os companheiros: ‘você sabem, são apenas doze horas de greve e tal...’”. (Figueiredo, 1994: 31-32)

Quanto ao apoio das Forças Armadas, embora revelem-se contatos com oficiais “nacionalistas” no depoimento de Batistinha, a posição mais comum caminhava da indiferença militar à participação nas tentativas de desmobilização dos movimentos através de oferecimento de veículos de transporte. Como na grande greve da paridade, de novembro de 1960, em que ferroviários, marítimos e portuários pararam justamente por reivindicarem a concessão de índices de reajuste igual ao franqueado aos militares no meio daquele ano. A greve, decretada ilegal quase que imediatamente após sua deflagração, foi tomada pelo governo JK como pretexto para a ameaça de decretação do Estado de Sítio, sofrendo os trabalhadores, dessa forma, tanto com a repressão local quanto com a repressão do governo federal. Não só os militares não se manifestaram quanto à justiça das reivindicações (que os envolviam diretamente pois tomavam os seus reajustes como parâmetro), como ofereceram transporte para a população e tentaram por a funcionar uma composição para transporte de tropas, sendo surpreendidos pela explosão de bombas, logo atribuídas pelas autoridades à violência dos grevistas. (*O Dia*, 9/11/60: 7)

Mas há um outro ponto importante nas análises do movimento sindical do pré-64 e que apresenta-se também relacionado à presença dominante dos

trabalhadores do Estado ou de firmas públicas nos movimentos grevistas. Trata-se da natureza política das reivindicações privilegiadas pelas lideranças. Embora se constate que a maioria das greves do período teve motivações de natureza estritamente econômica, a literatura enfatiza o fato de que as cúpulas sindicais davam “grande importância aos problemas da nação e pouca atenção aos problemas profissionais da classe”. (Rodrigues, 1966: 55) Em certas análises, o sucesso das atividades grevistas aparece diretamente vinculado à natureza econômica das reivindicações ou ao grau de deterioração do poder aquisitivo dos trabalhadores. (Erickson, 1979: 142)

As três categorias aqui privilegiadas tiveram participação direta nas greves políticas do período, em especial nas greves gerais convocadas pelo CGT. Não nos parece que os trabalhadores aderissem a essas mobilizações motivados pelas demandas econômicas que compunham a pauta de reivindicações, ou mesmo pressionados pela deterioração salarial frente ao avanço inflacionário. Os bancários, como vimos, passavam por uma conjuntura de ganhos econômicos, através das greves convocadas pelo sindicato ou pela Contec e ainda assim estavam presentes nas greves gerais com bandeiras políticas. Com o respaldo dessas mobilizações bem sucedidas conseguiam influir nas discussões nacionais sobre o sistema financeiro, atuando para a rejeição do projeto de Reforma Bancária em discussão no Congresso Nacional. (*O Bancário*, 5 a 14/12/62) Ainda assim, as lideranças eram algumas vezes questionadas quanto à pertinência de suas bandeiras. Diante de uma carta de associado contrariado com o apelo do sindicato para que a categoria engrossasse as manifestações de protesto contra a pressão americana sobre Cuba, convocada pela CPOS, a liderança do sindicato respondeu com a matéria “Não somos apolíticos”, onde expõe sua posição sobre o papel dos sindicatos: “Aos sindicatos cabe um relevante papel político. Tirar-lhes essa característica (o que é um desejo ardente dos patrões) será desprezar um poderosa arma de defesa dos nossos direitos, como trabalhadores e como cidadãos. Ressalte-se que não se trata de atrelar o sindicato a um partido qualquer, isto é, não se trata de política partidária”. (*O Bancário*, 24/1/62)

Estando as condições de vida ligadas à carestia, reforma agrária, remessa de lucros, relações internacionais, etc., os trabalhadores organizados estariam faltando ao dever se abandonassem a “bandeira dessas lutas”, conclui a matéria.

Mesmo que desconfiemos do grau de convencimento das bases em relação a pertinência dessas “bandeiras”, o fato é que pelo menos no universo aqui estudado, as lideranças tinham consciência dos eventuais questionamentos às demandas mais amplas e ainda assim encaminharam greves políticas que foram bem sucedidas. O que nos leva a sugerir que a natureza das relações entre demandas econômicas e políticas era mais complexa. Parece-nos que a eficiência das lideranças no encaminhamento das reivindicações econômicas, fartamente demonstrada nos exemplos aqui arrolados, as legitimava para propor paralisações motivadas por pautas políticas. Em apenas um ano, o Sindicato dos Ferrovários

da Leopoldina, por exemplo, liderou 14 paralisações, 12 das quais motivadas por atraso no pagamento, todas bem sucedidas. (Figueiredo, 1994: 32) Assim parece indicar também o relato de Batistinha, em uma outra entrevista: "O salário era baixíssimo, a exploração do trabalho muito grande, a 'hora de trabalho' era excessiva e nós conseguimos dar uma virada muito grande em pouco tempo. Então atingimos o econômico, o trabalhador ficou satisfeítíssimo com a gente (...). Assim, eles continuavam dizendo: eu não gosto desse negócio de comunista mas não sei o quê, mas este pessoal é um burro de carga de trabalhar para a gente. E éramos mesmo. Nós estávamos com uma responsabilidade muito grande e em curto espaço de tempo a classe sentiu a melhoria das condições de trabalho. Nós começamos a exigir bebedouro, começamos a exigir limpeza nos locais de trabalho (...). Havia locais, por exemplo em Macaé, que a fundição era do lado do mar, então chovia, o vento sul, etc. A quantidade de companheiros que adquiria tuberculose era muito grande. Nós exigimos reparos de telhas quebradas nas oficinas, essas coisas, antes da Cipa! Nós já tínhamos essa preocupação com os locais de trabalho. E os trabalhadores realmente sentiram bem, então passaram a ficar predispostos as nossas outras idéias. O cara dizia: não, não topo, mas o cara trabalha para a gente e tal não sei quê. A coisa era nesse sentido".¹⁰

Abordando a questão do ponto de vista da representatividade das lideranças, conquistada em meio às lutas propriamente sindicais, talvez possamos nos aproximar melhor das tensas relações entre o movimento sindical e as grandes questões políticas do período. As evidências sobre a forte presença de organizações sindicais nos locais de trabalho, entre as categorias aqui analisadas, bem como a constatação de complexas formas de relação com a função mediadora do Estado nos momentos de conflito grevista, não possibilitam a negação da tese que imputa ao sindicalismo corporativista um série de limitações, obviamente mais nítidas quando dos períodos autoritários. Entretanto, tais evidências permitem especulações sobre a flexibilidade desse modelo sindical, que não seria de todo incompatível com o sucesso econômico e a politização crescente das campanhas sindicais, com propostas alternativas de mediação do conflito capital-trabalho como o Contrato Coletivo, com as organizações de base dos trabalhadores ou com as greves por empresa.¹¹

Pensando na experiência recente do movimento sindical brasileiro é possível argumentar que ao se contraporem ao sindicalismo do pré-64, avaliado negativamente nas análises disponíveis (tanto acadêmicas quanto as produzidas internamente ao movimento), os novos sindicalistas do pós-78 tenham desprezado fatores importantes para a construção de sua própria identidade, bem como para a avaliação de seus avanços no projeto declarado de ruptura com a estrutura

10. Entrevista concedida a Pedro Tórtima e Bernardo Kocher, em 14/6/89. Centro de Memória Ferroviária.

11. Pesquisas desenvolvidas com base em outras realidades regionais têm chegado a conclusões semelhantes. Ver, por exemplo, Silva (1995); Negro (1995); Fontes (1995) e Costa (1995).

sindical. Ao final do processo constituinte, em 1988, com a manutenção da unicidade e monopólio da representação, mas com o fim do poder de intervenção do Estado, do "estatuto padrão", da proibição de sindicalização ao funcionalismo público e da cota do imposto sindical destinada ao Ministério do Trabalho (mas não do imposto), o sindicalismo brasileiro dos anos 80 tão somente completou, sem é claro dar-se conta disto, o projeto dos líderes sindicais comunistas e trabalhistas mais combativos de quase três décadas antes, o que de qualquer forma não é desprezível. Da mesma forma, por negligenciarem a experiência do pré-64, os novos sindicalistas não perceberam que os instrumentos de participação e mobilização apresentados como novidades (os comitês de fábrica, por exemplo), eram então muito mais desenvolvidos. Outras lições com certeza poderiam ser tiradas do passado se o desenrolar dos acontecimentos no período ditatorial não tivesse cavado fossos tão fundos entre os dois momentos.

BIBLIOGRAFIA

- BLASS, Leila. (1992). *Estamos em greve! Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*. São Paulo, Hucitec/ Sindicato dos Bancários.
- BOITO JR., Armando. (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, Unicamp.
- CORREA, Hércules. (1980). *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- COSTA, Sérgio Amad. (1986). *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiróz.
- COSTA, Hélio da. (1995). *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (1986). *O Comando Geral dos Trabalhadores, 1961-1964*. Petrópolis, Vozes.
- ERICKSON, Keneth P. (1979). *O sindicalismo no processo político brasileiro*. São Paulo, Brasiliense.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. (Org). (1994). *Batistinha, o combate dos trilhos*. Rio de Janeiro, Centro de Memória Ferroviária/ Amorj.
- FONTES, Paulo. (1995). *Trabalhadores da Nitro-Química. A fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. Campinas, Unicamp, dissertação de mestrado.
- MATTOS, Marcelo Badaró. (1996). *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Niterói, UFF, Tese de doutoramento.
- MOISÉS, José Álvaro. (1981). "As estratégias do novo sindicalismo". *Revista de Cultura e Política*, 5 e 6. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- NEGRO, Antonio Luigi. (1995). *Ford Willys anos 60. Sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*. Campinas, Unicamp, dissertação de mestrado.
- POULANTZAS, Nicos. (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes.
- PERRON, Michelle. (1984). *Jeunesse de la grève. France 1871-1890*. Paris, Ed. du Seuil.
- PESSANHA, Elina G. da Fonte. "De operários navais a metalúrgicos: a experiência de classe e identidade política entre os trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro". In: PESSANHA, E. G. da Fonte. e ABREU, Alice de Paiva. (Org). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, JC.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (1986). "Sindicalismo e classe operária (1930-1964)". In: FAUSTO, B. (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. São Paulo, Difel.

—— (1966). *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.

SANDOVAL, Salvador. (1994). *Os trabalhadores param. Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo, Ática.

SANTANA, Marco Aurélio. (1992). *Partido e militância sindical. A atuação dos conselhos sindicais na indústria metalúrgica do Rio de Janeiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro, UFRJ, dissertação de mestrado.

SILVA, Fernando Teixeira da. (1995). *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)*. São Paulo/Santos, Hucitec/ Pref. Municipal de Santos.

STUART, Lisa. (1992). *A atuação dos conselhos sindicais na indústria metalúrgica do Rio de Janeiro de 1953 a 1964*. Rio de Janeiro, UFRJ, dissertação de mestrado.

WEFFORT, Francisco. (1978). "Democracia e movimento operário: algumas questões para o estudo do período 1945-1964". *Revista de Cultura Contemporânea*, 2. São Paulo, Cedec.